

COMBATE AO RACISMO NO BRASIL E COLÔMBIA: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL<sup>1</sup>

COMBAT RACISM IN BRAZIL AND COLOMBIA: CHALLENGES TO SOCIAL SERVICE

Mônica Regina Nascimento dos Santos

Universidade Federal de Alagoas

monica.santos@delmiro.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4587-6036>

**RESUMO:** Esta produção acadêmica-científica refere-se à seção Mesas Redondas, Palestras e Minicursos aconteceu no IV Seminário Nacional do NUDES, I Seminário Internacional do NUDES: Sociedade, Educação e Direitos Humanos: equidade na diversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sociedade. Educação. Direitos Humanos Equidade. Diversidade.

**ABSTRACT:** This academic-scientific production refers to the Roundtables, Lectures and Mini-courses section that took place at the IV National Seminar of NUDES, I International Seminar of NUDES: Society, Education and Human Rights: equity in diversity.

**KEYWORDS:** Society. Education. Human Rights. Equity. Diversity.

## Introdução

Brasil e Colômbia têm similaridades em relação ao processo de colonização: ambos os países passaram pela expropriação de territórios e enriquecimento das coroas portuguesa e espanhola no processo de exploração da força do trabalho escravizado. Se o Brasil tem Palmares, como símbolo de resistência, a Colômbia tem Palanques, primeiro povo-território livre das Américas e ambos construíram movimentos de luta e resistência ao período colonial, com a participação ativas das mulheres e/ou liderados por elas. Dada a importância do tema este é o ponto de partida proposto a esse debate: os desafios postos ao Serviço Social, no combate ao

<sup>1</sup>Fala proferida na mesa-redonda: Expressões do racismo no Brasil e Colômbia: desafios ao Serviço Social em 14 de novembro de 2024, juntamente com Andrea Torrez e Ticiane Pereira, divulgada em <https://www.youtube.com/watch?v=6i6MBCKPdJU>.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 62-67.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.713

racismo, considerando seu projeto ético político como norte da atuação profissional no interior da dinâmica social estruturalmente racista

### Racismo e formas de resistência

Palmares, Palanque e a Ilha de São domingos<sup>2</sup>, palco da revolução haitiana representam ideais de liberdade e igualdade que envergonhavam o lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade da Revolução Francesa – um lema limitado aos brancos, livres e ricos. Em Palmares, Palanque e São Domingos, o ideal de igualdade e liberdade desafiava a estrutura social vigente, pois eram formações sociais que teimavam em existir por fora do mercado mundial (Nascimento, 2023), das rotas comerciais do capitalismo em ascensão.

Evoco esses processos históricos, por entender ser importante resgatar a história da colonização, para que sirva de lição às novas gerações, mas, advertindo ser fundamental dar visibilidade às formas de luta e resistência sob o prisma dos povos escravizados, sobretudo, das mulheres.

Nos dois países as mulheres negras, sejam quilombolas no Brasil, sejam afro colombianas, “*cumplen funciones de solidaridad, culturales y de formas organizativas*” (Marin, et al, 2019), participaram ativamente na organização de revoltas e. Em Palmares e Palanque elas foram guardiãs da cultura e articuladoras da resistência nas feiras e mercados. E nos dois países a República se constituiu relegando negros e indígenas ao segundo plano, como cidadãos de segunda classe.

Não há dúvidas sobre as similaridades históricas entre esses dois países nesta particularidade. Aqui como lá, o racismo é estrutural (Almeida, 2019), está enraizado nas relações de poder que privilegia os brancos. Mas como esse racismo e tentativa de apagamento da existência de povos negros pode ser combatido conjuntamente?

Em 2019 foi realizado um Colóquio de Cimarrones, Marrons, Quilombolas, Boni, Raizales, Garifunas e Palenqueros nas Américas para pensar formas de resistência às investidas atuais do capital na forma de neocolonialismo, na busca de organizar ações conjuntas de combate ao racismo. E em julho de 2023, a ministra da

---

<sup>2</sup> Embora não seja o foco deste debate, não se pode falar em formas de resistência sem citar a revolução haitiana liderada por escravizados.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 62-67.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.713

Igualdade Racial do Brasil, Anielle Franco, e a vice-presidente da Colômbia e, também, ministra colombiana da Igualdade e da Equidade, Francia Márquez, assinaram, em Bogotá (Colômbia), um Memorando<sup>3</sup> de entendimento para combate ao racismo e promoção da igualdade racial na América Latina, com vigência de 05 anos.

Entre as ações estão: troca de experiências, intercâmbio, colaboração profissional, promoção da igualdade racial, produção acadêmica e científica sobre os temas e políticas para povos tradicionais. Um importante debate que se coloca atualmente é em relação ao identitarismo<sup>4</sup>, visto por muitos como um desvio das lutas sociais. A dinâmica social racista é bem mais ampla que os questionamentos sobre assumir ou não o identitarismo, no Brasil, como na Colômbia é o capitalismo em seu processo de crise estrutural que tem acentuado a colonialidade de poder (Quijano, 2005). O que apresenta inúmeros desafios ao Serviço Social. Neste sentido, as ações no campo da pesquisa, intercâmbio, produção científica, como o memorando assinado por Brasil e Colômbia são importantes, mas são suficientes?

## Desafios ao Serviço Social

Em um caso recente no Sertão Alagoano, uma mulher negra<sup>5</sup> buscou atendimento no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Assistente Social a abordou perguntando se ela iria precisar da esponja para assinar o documento com a digital. A mulher, em questão, é graduada em História, à época, estava cursando pós-graduação. Ali se estabeleceu uma relação racializada (Ianni, 1996), em que a cor da pele e a hierarquização das relações sociais em raças inferiores e superiores se sobrepuseram. A usuária do CRAS não foi lida socialmente

---

<sup>3</sup>Memorando de Entendimento entre o Ministerio de Igualdad y Equidad da República da Colômbia e o Ministério da Igualdade Racial da República Federativa do Brasil em Matéria de Luta Contra a Discriminação e Promoção da Igualdade Racial, disponível em [https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2\\_of\\_noticias/2023725MemorandodeEntendimentoentreoBrasileaColombiaportugues-versaofinal1.pdf](https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/assuntos/copy2_of_noticias/2023725MemorandodeEntendimentoentreoBrasileaColombiaportugues-versaofinal1.pdf), acesso em julho de 2024.

<sup>4</sup>O identitarismo nasce burguês: expresso na Ku klux klan, nas Federações de proprietários entre outras, sem contestação social, quando apropriado pelo movimento negro, passa a ser criticado em sua formulação política.

<sup>5</sup>Caso narrado no Podcast da Universidade Federal de Alagoas.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 62-67.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.713

em sua singularidade, mas, genericamente, como membra de uma raça inferior, incapaz de ocupar um lugar social de prestígio.

O racismo é real, tem efeitos práticos na vida de pessoas negras e aprofunda as desigualdades sociais enquanto expressões da questão social, portanto, parece estéril o debate nos seguintes termos: a) o Serviço deve abraçar ou não a questão racial? A questão racial é uma expressão da questão social (Iamamoto; Carvalho, 2009)?

Não obstante, o Serviço Social se encontra em um momento delicado em que seu projeto ético político tem sido questionado por dentro, por uma ala conservadora que não aceita discussões no âmbito do identitarismo, tão pouco que se questione as expressões do classismo<sup>6</sup>, na política social. No artigo *Crônicas sobre o conservadorismo no Brasil e na Colômbia: desafios ao Serviço Social* (Peña; Santos, 2023), são apontadas as questões fundamentais a se refletir: a crise estrutural do capital (Mészáros, 2011), o neoliberalismo e seus rebatimentos ideo-políticos, que estão na base desse crescente conservadorismo.

Considerado que o processo de pauperização da classe trabalhadora é mediado pelo racismo (Nascimento, 2023)<sup>7</sup>, não dá para fechar os olhos para essa temática. Por sorte que já há muitos trabalhos nessa área, contudo, muitos deles ainda se limitam a fazer o resgate histórico (Madeira, 2022). É preciso partir para o campo da proposição.

Partindo da premissa de que, assim como o capitalismo é globalizado, e nos impôs um modelo de globalização padronizador, que cria padrões normativos, ditos aceitáveis de comportamento, de ser e existir no mundo, a resistência também precisa ser em escala internacional. Contudo, sem negar os pertencimentos, sem negar as raízes culturais e a ancestralidade, principalmente sem segregar as formas de luta da classe trabalhadora, estabelecendo níveis de importância.

O serviço social, por seu projeto ético político precisa avançar no sentido de propor ações às condições de pobreza e vulnerabilidade da população negra, para além do mero mapeamento e organização de dados.

---

<sup>6</sup>Para usar o termo apresentado por Jenny Andrea Torrez Peña, 2023.

<sup>7</sup>Livro de minha autoria, publicado com meu primeiro sobrenome.

Revista *Interseção*, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 62-67.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.713

Deve criar estratégias de provocação de respostas do Estado<sup>8</sup>, de organização da população na cobrança de políticas e principalmente, enxergar a classe trabalhadora e vulneráveis não apenas como números que compõem um instrumental de ação profissional, mas sujeitos em seus diferentes pertencimentos. Enxergar os corpos “racializados”, para além dos estereótipos, e entender que as desigualdades são um fenômeno sociorracial. Só enxergando verdadeiramente quem são esses sujeitos é que se consegue avançar minimamente na problematização desta realidade.

### Considerações finais

A realidade tem mostrado que ações generalistas, universalistas de caráter liberal, desencadeadas pela *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão – 1789*<sup>9</sup>, não foram capazes de universalizar os direitos postos em seu Artigo 1º- “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum”, até porque, este documento foi assinado por homens brancos, livres, ricos e donos de escravos, exatamente para assegurar seus próprios direitos e posses. Apesar da alma social desta proposta, ela esbarrou na propriedade privada, nos interesses do capital e na necessidade de subjugar povos e nações à serviço da burguesia.

Por outro lado, as ações focalistas, na esteira das Ações Afirmativas, não conseguem romper a lógica de expropriação e exploração da força de trabalho para a acumulação de capital, e não parece que tenham essa intenção.

Neste sentido, é preciso encontrar o equilíbrio entre a organização dos/as trabalhadores/as em seus pertencimentos identitários, todos eles, e o ideal revolucionário de transformação real da dominação do capital e todo o seu corolário. O Racismo é anterior ao capital, mas, com as características atuais, com as contradições de nosso tempo, não apenas sustenta as desigualdades sociais, como se nutre delas. Portanto, toda ação transformadora, precisa enxergar verdadeiramente

---

<sup>8</sup>Entendendo que essas respostas sempre estarão no âmbito da emancipação política.

<sup>9</sup>Disponível em <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/414/2018/10/1789.pdf>, acesso em julho de 2024.

Revista Interseção, Palmeira dos Índios/AL, v. 8., n. 1, mar. 2026, p. 62-67.

ISSN 2675-5955

DOI: 10.48178/intersecao.v8i1.713

as singularidades e se pôr em marcha tendo como objetivo a transformação radical da sociedade.

## Referências

1. ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Pólen, 2019.
2. IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 28. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
3. IANNI, Octavio. A racialização do mundo. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-23, maio 1996.
4. MADEIRA, Zelma de Araújo. **Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista**. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/download/15440/10928/43853>. Acesso em: 1 mar. 2026.
5. MARIN, Rosa Elizabeth; MARTINS, Cynthia Carvalho; ALMEIDA, Alfredo Wagner (org.). **Cimarrones, Marrons, Quilombolas, Boni, Raizales, Garifunas e Palenqueros nas Américas**. 1. ed. Manaus: UEA Edições: PNCSA, 2019.
6. MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011.
7. NASCIMENTO, Mônica. **A (des)igualdade, sob a mediação do trabalho, na formação socioeconômica do Brasil**. Maceió: EDUFAL: FAPEAL, 2023.
8. PEÑA, Jenny Andrea Torrez; SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos Santos. Crônicas sobre o conservadorismo no Brasil e Colômbia: desafios ao Serviço Social. In: ARAÚJO, Lorraine Marie Farías de; PINHO, Luana Cavalcante; NETO, Valderí Teles do Nascimento (org.). **Uma volta ao mundo: serviço social e o debate internacional**. Arapiraca, AL: Instituto Trabalho Associado, 2023.
9. QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.